

## OBSERVATÓRIO CONE SUL DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS

INFORME BRASIL Nº 297

Período: 14/06/2008 a 20/06/2008

**GEDES - Brasil**

- 1- O Exército e a questão do homossexualismo
- 2- Cadete morre após passar mal durante treinamento da Academia Militar das Agulhas Negras
- 3- Para Força Aérea Brasileira espaço aéreo é seguro
- 4- Centro de Instrução de Guerra na Selva foi utilizado para dar treinamento de técnicas de tortura para estrangeiros durante a ditadura militar
- 5- Coluna opinativa defende que luta armada teve impacto na queda do regime militar brasileiro
- 6- Militares são indiciados por entregar jovens do Morro da Providência à facção criminosa
- 7- Comandante do Exército analisa atuação dos militares nos morros do Rio de Janeiro
- 8- Jornais discutem a atuação das Forças Armadas em tarefas subsidiárias
- 9- Brasil deve enriquecer urânio para abastecer Angra3

### 1- Exército e a questão do homossexualismo

A prisão do sargento do Exército, Fernando Alcântara, noticiada por inúmeros jornais nas últimas semanas – vide Informe Brasil 296 – continua rendendo acirrados debates entre autoridades governamentais, militares e imprensa. A guisa de recordação, Alcântara foi preso pelo Exército no dia 13/06/08, acusado de dar entrevista sem autorização da força, declarando ser homossexual. Foi também repreendido por ceder à revistas imagens, na qual, fazia uso inapropriado do uniforme da profissão. Seu companheiro, o sargento Laci de Araújo, deve ficar detido por oito dias, segundo determinação de um processo disciplinar. Além de afirmar que não utilizava uniforme da força, Alcântara denuncia à imprensa a "homofobia estatal" que resiste no Exército. Uma série de parlamentares vem tentando levar a questão para o governo, mas os militares não transigem. De acordo com a *Folha de S. Paulo* e o *Jornal do Brasil*, um grupo de representantes do governo tentou visitar o sargento Araújo, mas foi impedido por militares que requeriam uma autorização judicial. Serys Slhessarenko, senadora, procurou entrar em contato com o general Enzo Peri, comandante do Exército, para tratar sobre o caso, mas não obteve êxito. O Exército tampouco atendeu a *Folha*, embora negue que persiga homossexuais. De acordo com o *jornal*, nos últimos dez anos foram processados 21 militares por estabelecerem práticas homossexuais em áreas de comando das Forças Armadas, segundo dados do Superior Tribunal Militar. Esse ato é considerado crime de acordo com o artigo 235 do Código Penal Militar, de 1969. Cláudia Márcia Ramalho Moreira Luz, procuradora-geral da Justiça Militar, considera essa lei como pejorativa e inadequada. Segundo a *Folha*, Jair Bolsonaro, militar reformado e agora deputado, afirmou que na época que auxiliava na escolha de recrutas, não selecionava homens que possuíam gestos delicados, dada a virilidade exigida pela profissão. Jarbas de Sousa Costa, ex-sargento do Exército e atual soldado da Polícia Militar (PM), diz que recebeu várias represálias no Exército por ser homossexual, e que não encontrou tanta hostilidade na PM. Na época, Costa abriu um

processo solicitando sua volta à instituição, além de ressarcimento por danos morais. Entretanto, o Comando Militar do Leste respondeu que o atual policial foi demitido por ato voluntário e que não existe nenhuma ligação com a questão do homossexualismo. (Folha de S. Paulo – Cotidiano - 14/06/08; Jornal do Brasil – País - 14/06/08).

## 2- Cadete morre após passar mal durante treinamento da Academia Militar das Agulhas Negras

Segundo os jornais *Folha de S. Paulo*, *Jornal do Brasil* e *O Estado de S. Paulo*, o cadete Maurício Silva Dias, 19 anos, morreu no dia 13/06/08 após participar de um treinamento da Academia Militar das Agulhas Negras (Aman), em Rezende, Rio de Janeiro. No dia 11/06/08, o cadete sofreu um desmaio durante uma prática, mas obteve respaldo médico para retornar às atividades, voltando a se sentir mal no mesmo dia, quando foi internado em um hospital particular. O Exército vai instaurar um inquérito policial militar para apurar os motivos da morte do cadete. Outros dois cadetes que participavam do mesmo treinamento também não se sentiram bem e estão hospitalizados com quadro estável. (Folha de S. Paulo – Brasil – 15/06/08; Jornal do Brasil – País - 15/06/08; O Estado de S. Paulo – Nacional - 15/06/08; O Estado de S. Paulo – Metrópole - 16/06/08).

## 3- Força Aérea Brasileira afirma que espaço aéreo é seguro

Segundo o jornal *Folha de S. Paulo*, a Força Aérea Brasileira (FAB) afirmou que o espaço aéreo brasileiro é seguro e atribuiu a questões pontuais algumas falhas que foram divulgadas pelo mesmo jornal, que teve acesso a documentos que mostram erros de controladores de vôo e relatam quase colisões entre aeronaves no espaço aéreo brasileiro. Para a FAB, a eleição do Brasil para o conselho da Organização de Aviação Civil (OACI) é uma prova da segurança do espaço aéreo. Além da entrada do Brasil na OACT, a FAB listou algumas providências que foram tomadas com o intuito de melhorar a infra-estrutura do controle aéreo, como a contratação de 220 controladores de vôo e a formação de outros 305 nos últimos dois anos, além da inauguração do Laboratório de Simulação de Controle de Tráfego Aéreo, com capacidade de treinamento para 768 profissionais por ano. Sobre os incidentes divulgados *pela Folha*, a FAB ressaltou o fato de que as comunicações entre torre de comando e a aeronave “são afetadas por fenômenos meteorológicos, interferências, posição e altitude da aeronave, bem como tipo de equipamento utilizado a bordo”. Apesar da garantia de segurança passada pela FAB, o major Carlos Gomes, chefe do Cindacta-2, em Curitiba (Paraná), fez uma reclamação referente ao movimento de aeronaves no setor, que estaria sendo maior que o previsto. A reclamação do major Carlos foi feita em um documento classificado como confidencial pela FAB, o qual registra uma reunião convocada para analisar um Relatório de Incidente no Controle do Espaço Aéreo (Ricea) e a conduta de dois controladores envolvidos em uma quase colisão entre um avião da FAB e outro avião de uma companhia portuguesa. (Folha de S. Paulo – Cotidiano – 15/06/08)

## 4- Centro de Instrução de Guerra na Selva foi utilizado para dar treinamento de técnicas de tortura para estrangeiros durante a ditadura militar

Segundo o jornal *Folha de S. Paulo*, o Centro de Instrução de Guerra na Selva (Cigs),

em Manaus, capital do estado do Amazonas, treinou desde 1966, ano de sua criação, 381 oficiais estrangeiros, sendo que deste total, 103 se formaram entre 1966 e 1985, período em que o local serviu ao ensino de técnicas de tortura e combate à guerrilha para estrangeiros. A *Folha* obteve a lista dos militares estrangeiros que fizeram treinamento no Cigs e apurou que alguns dos ex-alunos foram assassinos condenados, cúmplices de genocídio e acusados de tortura. Entre os graduandos do Cigs está o coronel francês Didier Tauzin, que passou pelo Cigs em 1978 e no ano de 1994 liderou a chamada operação Chimère, que tinha como objetivo treinar oficiais *hutus* no combate às guerrilhas *tutsi* em Ruanda, num confronto que resultou no genocídio, com 800 mil vítimas. Além de Tauzin, outro francês passou pelo Cigs, o general Paul Aussaresses, que relatou à *Folha* ter sido instrutor de tortura no Cigs. Sobre suas declarações detalhadas, foi lançado, em Paris, o livro "Je N'ai Pas Tout Dit - Ultimes Révélations au Service de la France" (Eu não contei tudo - últimas revelações a serviço da França), O comandante do Cigs, tenente coronel Antonio Manoel Barros, reconheceu que o Cigs foi usado para o ensino de técnicas de tortura durante o regime militar e que o treinamento incluía simulação de campos de concentração para prisioneiros. O coronel ressaltou, no entanto, o fato de que hoje em dia, tais procedimentos já não são mais admitidos dentro do Cigs. (Folha de S. Paulo – Brasil – 15/06/08).

#### 5- Coluna opinativa defende que luta armada teve impacto na queda do regime militar brasileiro

Em resposta ao artigo "Falácias sobre a luta armada na ditadura" publicado no jornal *Folha de S. Paulo* por Marco Villa no dia 19/05/08, Aloysio Castelo De Carvalho e Liszt Vieira defendem que a luta armada no período da ditadura militar no Brasil (1964-1985) teve impacto na derrocada do regime político ditatorial, ao contrário da tese de Villa, que não vê nas esquerdas brasileiras do período, uma intenção de se alcançar um regime democrático frente à ditadura. Para Carvalho e Vieira, mesmo não havendo uma intenção política clara quanto a essa transição, a luta armada influenciou significativamente para isso. Os dois autores afirmam que boa parte da esquerda lutava no campo político, mas após a edição do Ato Institucional 5 de 1968, que acentuou o uso da violência frente à oposição, parte da esquerda acabou recorrendo à luta armada para combater o endurecimento ditatorial. Em contra-ofensiva ao aumento do uso da violência por parte do regime ditatorial é citada também, a Frente Ampla, greve de operários e movimentos de estudantes e da classe média, que tinham na esquerda sua base de apoio. O uso da violência nas Forças Armadas no comando do governo serviu de plano central para fundamentar seu caráter autoritário. Para isso, o Serviço Nacional de Informações (SNI) teve um papel privilegiado nas prioridades governamentais. Com o processo de distensão iniciado no governo de Geisel (1974-1979) os militares não sofreram punição pelo abuso de violência exercido em seus governos, na transição para a democracia, mantendo alguns privilégios para tais. Exemplificando, Carvalho e Vieira citam a Lei de Anistia (1979), a qual preservou as Forças Armadas de qualquer punição referente aos ataques exercidos contra a oposição do governo na época. Citando Locke, os autores justificam que qualquer ação em resposta a uma opressão política deve ser legitimada, já que é o povo que sofre com isso. Finalizando o artigo, os dois autores dizem que caso a luta armada no pós-1968 fosse considerada equívoca pelos representantes da esquerda, atualmente, ela não sofreria com questões que a

enfraquecem, do ponto de vista moral, frente ao seu apoio no atual governo (Folha de S. Paulo – Opinião - 16/06/08).

#### 6- Militares são indiciados por entregar jovens do Morro da Providência à facção criminosa

Segundo os jornais *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo* e *Jornal do Brasil*, a polícia civil do Rio de Janeiro indiciou 11 militares envolvidos na entrega de três jovens moradores do morro da Providência a traficantes do morro da Mineira, que é comandado por uma facção criminosa rival a que domina a Providência. Os militares foram indiciados por homicídio triplamente qualificado – cometido por motivo torpe, com meio cruel e sem chance de defesa das vítimas. Os corpos dos jovens foram encontrados no dia 16/06/08 num aterro sanitário. David Wilson Florêncio da Silva, Wellington Gonzaga Costa e Marcos Paulo da Silva, voltavam de um baile funk na manhã do dia 14/06/08 quando foram detidos por desacatar alguns militares do Comando Militar do Leste (CML), que ocupam o morro da Providência desde dezembro de 2007. Os jovens foram levados ao comandante para que prestassem depoimento e, depois disso, deveriam ser liberados, mas não foram mais vistos. De acordo com o delegado titular da 4ª Delegacia de Polícia, Ricardo Dominguez, os militares levaram os jovens para o Morro da Mineira para aplicar-lhes um “corretivo”, pois se diziam descontentes com a ordem do superior para soltar os detidos. A Justiça Militar decretou a prisão preventiva, por 30 dias, de quatro dos militares envolvidos, para impedir que atrapalhem a investigação. Além disso, o juiz Edmundo Oliveira acatou o pedido do Ministério Público Militar para prender o tentente Vinícius Ghidetti, que é apontado como o mandante da entrega dos jovens aos traficantes. De acordo com o depoimento de oito dos 11 militares envolvidos, Ghidetti é o único responsável pelo acontecimento, já que os outros estavam apenas cumprindo ordens. O advogado criminalista Cristiano Ávila Maronna declarou ao *Estado de S. Paulo* que o indiciamento dos militares indica que eles devem ser enquadrados como partícipes no crime a que responderão os traficantes que executaram os jovens. De acordo com a *Folha de S. Paulo*, oficiais do Exército de diferentes patentes ficaram desolados com o acontecimento que manchou a imagem da instituição frente à sociedade. O episódio provocou revolta da população contra o Exército, trazendo à tona novamente o questionamento sobre a execução de ações urbanas por parte das Forças Armadas. De acordo com Maurício Campos, representante da ONG carioca Rede de Comunidades e de Movimentos contra a Violência, o Exército não está preparado para estas ações. O governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral, afirmou que os militares envolvidos são “marginais” e devem ser punidos com rigor, posicionamento, o qual, também foi tomado pelo ministro da Defesa, Nelson Jobim, que foi pessoalmente à comunidade, no dia 17/06/08 para pedir desculpas às famílias, em nome do Exército. Jobim afirmou que considera o fato inadmissível e assegurou que os militares culpados serão repreendidos “de forma exemplar”. Na opinião do coronel Carlos Alberto Neiva Barcellos, chefe da seção de comunicação social do Comando Militar do Leste, este é um fato isolado, e o Exército permanecerá no Morro conforme estabelecido anteriormente. De acordo com os jornais, os documentos referentes à atuação do Exército na Providência caracterizam-na como uma Operação de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) e, constitucionalmente, uma operação deste tipo somente seria permitida em caso de Estado de Sítio, Estado de Defesa ou intervenção federal no estado, estando sujeita a aprovação do presidente da

República e do Congresso Nacional, o que não procede neste caso. A Defensoria Pública da União no Rio considerou tal documento inconstitucional, e entrou com ação civil pública na Justiça Federal exigindo a retirada imediata das tropas do local. Uma comissão também será criada para investigar o caso pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República. Jobim se reuniu dia 18/06/08 com o presidente Luís Inácio Lula da Silva para discutir o futuro da operação. No dia 19/06/08, a Justiça Federal determinou a retirada das tropas do Exército do morro da Providência, entendendo que o Exército estava agindo na garantia da lei e da ordem, e não apenas na segurança de funcionários de obras sociais. No entanto, no mesmo dia, a Procuradoria Regional da União no Rio recorreu ao Tribunal Regional Federal contra tal decisão. De acordo com o procurador Daniel Levy de Alvarenga, a presença das tropas no morro carioca não é inconstitucional, pois serve apenas para apoiar o projeto de revitalização de moradias populares desenvolvido pelo Ministério das Cidades. O ministro da Defesa declarou que considera equivocada a decisão de retirar o Exército do Morro da Providência, pois parte da premissa que as Forças Armadas estão atuando como força de segurança, o que segundo Jobim não é verdade. (Folha de S. Paulo – Cotidiano – 16/06/2008; Folha de S. Paulo – Cotidiano – 17/06/08; Folha de S. Paulo – Cotidiano – 18/06/2008; Folha de S. Paulo – Cotidiano – 19/06/08; Folha de S. Paulo – Cotidiano – 20/06/08; Jornal do Brasil – Rio – 16/06/2008; Jornal do Brasil – Rio – 17/06/08; Jornal do Brasil – Rio – 18/06/2008; Jornal do Brasil – Rio – 19/06/08; Jornal do Brasil – Rio – 20/06/08; O Estado de S. Paulo – Metrópole – 16/06/2008; O Estado de S. Paulo – Metrópole – 17/06/08; O Estado de S. Paulo – Metrópole – 18/06/2008; O Estado de S. Paulo – Metrópole – 19/06/08; O Estado de S. Paulo – Metrópole – 20/06/08).

7- Comandante do Exército analisa atuação dos militares nos morros do Rio de Janeiro  
Os jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo* publicaram entrevista do comandante do Exército, general Enzo Martins Peri, na qual ele comenta os desdobramentos do episódio do assassinato de três jovens – descrito no resumo acima. Peri explicou que teve conhecimento do projeto de recuperação de casas no Morro da Providência pelo autor do mesmo, senador e pré-candidato à prefeitura do Rio de Janeiro, Marcelo Crivella, e assumiu a decisão de enviar 250 soldados e oficiais para a operação, devido à proximidade do Morro da Providência ao Palácio Duque de Caxias, sede do Comando Militar do Leste (CML), já que a atuação dos traficantes refletia-se nos arredores. Peri negou que houve pressões do governo ou do Ministério da Defesa para que o Exército participasse do projeto e afirmou que essa era apenas mais uma ação subsidiária, como as tantas outras realizadas pelo Exército em todo o Brasil, e que estão previstas na Constituição. No entanto, o comandante admitiu que a decisão de ocupar o morro da Providência foi tomada sem que o Exército tivesse conhecimento do parecer do CML sobre os riscos de atuação em uma área quase de guerrilha urbana, mas disse que, em todas as operações, há um exame dos riscos e das vantagens assumidos pela Força e que o caráter social das ações foi preponderante para a decisão, mesmo com o existente risco de contaminação entre os militares e os traficantes. Respondendo às acusações de que o Exército não assume a classificação da operação como garantia da lei e da ordem, Peri afirmou que apesar da ocupação da favela ser uma ação subsidiária, pelo caráter social, o Exército deveria estar preparado para o caso de precisarem agir no sentido de garantir a lei e a ordem, pois sabiam que a situação envolvia muitos ris-

cos. O comandante do Exército concordou que a experiência das tropas brasileiras no Haiti, onde atuam na garantia da lei e da ordem, devem ser consideradas caso seja necessário, mas que se deve evitar que “militares que estejam atuando na garantia da lei e da ordem venham a ser, como já ocorreu, submetidos a processos”. Além disso, ele defendeu a necessidade do debate na sociedade e nos órgãos estatais para que a legislação possa ser aperfeiçoada a fim de ampliar e assegurar a atuação da força em ações urbanas. Por fim, Peri assumiu o episódio abominável da entrega dos três jovens aos traficantes no Rio de Janeiro, mas disse ser um caso isolado, afirmando que a operação iria continuar e que as acusações de que havia militares envolvidos no tráfico seriam investigadas pelo Exército, (Folha de S. Paulo – Cotidiano – 19/06/08).

#### 8- Jornais discutem atuação das Forças Armadas em tarefas subsidiárias

Segundo o jornalista Mauro Santayana, do *Jornal do Brasil*, as Forças Armadas brasileiras não estão preparadas para atuarem na segurança pública, apesar do encaminhamento pelo governo federal de um projeto de lei nesse sentido. Segundo Santayana, as Forças não são treinadas para o policiamento, e sim para o combate a inimigos externos. O jornalista ainda fez uma retrospectiva, demonstrando as ações das Forças Armadas ao longo da história do país e demonstrando a evolução do sentimento de nacionalidade e a formação do Exército. Além disso, ele afirmou que a ordem nas favelas do Rio de Janeiro é uma obrigação do Estado e que a ocupação dessas áreas pelas Forças Armadas é um risco para que os conflitos continuem e que o valor moral da instituição não pode ser comprometido com operações policiais urbanas. O editorial do jornal *Folha de S. Paulo*, expressou que a tortura e o assassinato dos três jovens capturados pelos militares e entregues a traficantes é uma “sucessão de erros abomináveis”, uma situação que coloca em risco a imagem das Forças Armadas e da qual o governo federal não tirou todas as lições devidas, lembrando que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva apoiou a permanência do Exército nos morros para garantir as obras de segurança na comunidade. De acordo com o jornal, o governo do estado não abdicou de seu poder de polícia na favela do Rio de Janeiro e, portanto, a ação seria inconstitucional. O editorial ainda afirma que o Exército envolveu-se em um projeto de propósito eleitoral e que esse uso político-partidário da instituição é o fator que contamina as tropas. No mesmo jornal, o colunista Clóvis Rossi apontou que é necessário um estudo em relação ao papel das Forças Armadas no Brasil, já que é o país da América Latina que mais gasta em defesa e a população não possui conhecimento do destino de tais gastos. Rossi ainda ressaltou que o argumento de que as Forças Armadas não deveriam atuar na segurança pública por risco de serem contaminadas não é válido, já que, se fosse assim, a polícia também não deveria combater a criminalidade. Já a jornalista Eliane Cantanhêde, abordou a questão da ampliação ou não do emprego das Forças Armadas na garantia da lei e da ordem, afirmando que a questão deve, conforme foi defendido pelo comandante do Exército, ser discutida pela sociedade devido a sua complexidade e aos “traumas da ditadura militar”. Cantanhêde afirmou que o problema no Rio de Janeiro é que o crime organizado substituiu o Estado nas favelas e que as discussões devem levar em conta os fatos e a realidade, não dogmas ou suposições. Ainda no jornal *Folha de S. Paulo*, Jorge Zaverucha, coordenador do Núcleo de Estudos de Instituições Coercitivas da Universidade de Pernambuco, analisou que apesar de a justificativa do Exército ser a de que estaria participando de uma simples ação subsidiária, a corporação estaria sendo utilizada para um fim particular, que é a candidatura do senador Marcelo Crivella

à prefeitura do Rio de Janeiro. Seria necessário um decreto presidencial autorizando a movimentação das tropas em uma operação de garantia da lei e da ordem, o que não ocorreu. Segundo Zaverucha, esse fato é uma ameaça à democracia brasileira e a situação ocorrida é prova da inexistência de uma separação completa entre a competência e a identidade das Forças Armadas e da Polícia, levantando ainda a questão de quais seriam os interesses das autoridades dispostas a pagar o custo político da ação militar. O jornalista também ressaltou que o ministro Nelson Jobim estaria tentando transformar um problema de natureza institucional em um caso de desvio de conduta individual. Na opinião do senador e ex-presidente da República José Sarney, publicada pelos jornais *Folha de S. Paulo* e *Jornal do Brasil*, o episódio de indiciamento dos 11 militares no Rio de Janeiro, que revela o evidente despreparo das Forças Armadas para lidar com a segurança pública, deveria servir para “ampliar o controle civil sobre o Exército nesse tipo de operação”, principalmente no período em que o ministro da Defesa anuncia a criação de um projeto de lei destinado a ampliar o uso das Forças Armadas na manutenção da segurança pública. (*Folha de S. Paulo – Opinião – 19/06/08; Folha de S. Paulo – Brasil – 19/06/08; Folha de S. Paulo – Opinião – 20/06/08; Jornal do Brasil – País – 19/06/08; Jornal do Brasil – Opinião – 20/06/08*).

#### 9- Brasil deve enriquecer urânio para abastecer Angra3

O secretário de planejamento e desenvolvimento energético do ministério de minas e energia, Altino Ventura, anunciou em 19/06/08, a produção de urânio enriquecido a 3% para abastecer a usina nuclear Angra 3, durante Simpósio da Seção Latino-Americana da American Nuclear Society – segundo nota do *Jornal do Brasil*. A princípio, o combustível será fabricado em Resende, estado do Rio de Janeiro, pela empresa privada Galvani, pioneira no ramo. Segundo o *Jornal do Brasil*, existem indícios de que o Brasil possua 800mil toneladas de urânio. (*Jornal do Brasil – Economia – 20/06/08*).

#### SITES DE REFERÊNCIA:

**Folha de S.Paulo** –[www.folhaonline.com.br](http://www.folhaonline.com.br)

**Jornal do Brasil** –[www.jb.com.br](http://www.jb.com.br)

**O Estado de S.Paulo** –[www.estadao.com.br](http://www.estadao.com.br)

**\*Informamos que as colunas opinativas da *Folha de S.Paulo* e o conteúdo integral de *O Estado de S.Paulo* não estão mais disponíveis gratuitamente na versão *on line*. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a [gedes@franca.unesp.br](mailto:gedes@franca.unesp.br)**

#### \*\*\*Equipe:

Ana Paula Lage de Oliveira (Redatora, graduanda em Relações Internacionais, bolsista PIBIC/CNPq); Ana Paula Silva (Redatora, graduanda em História, bolsista PIBIC/CNPq); Érica Winand (Supervisora, doutoranda em História, bolsista FAPESP); Juliana de Paula Bigatão (Redatora-Chefe, mestranda em Relações Internacionais e bolsista FAPESP); Sthéfane Torres (Redatora, mestranda em Relações Internacionais); Tiago Salgado (Redator, graduando em História) e Victor Missiato (Redator, graduando em História, bolsista PIBIC/CNPq).